

**John Hilary**

# PARCERIA

UMA CARTA

# TRANSATLÂNTICA

PARA A DESREGULAÇÃO,

# DE

UM ATAQUE

# COMÉRCIO

AOS EMPREGOS,

# E INVESTIMENTO

O FIM DA DEMOCRACIA



PARCERIA  
TRANSATLÂNTICA  
DE COMÉRCIO  
E  
INVESTIMENTO  
INVESTIMENTO  
E  
DE COMÉRCIO  
TRANSATLÂNTICA  
PARCERIA

---

**John Hilary** é diretor executivo da organização britânica War on Want. Nos últimos 20 anos, publicou uma série de artigos sobre questões relacionadas a comércio e investimento. Em 2013, foi nomeado professor honorário da Escola de Política e Relações Internacionais na Universidade de Nottingham. Seu mais recente livro, *The Poverty of Capitalism: Economic Meltdown and the Struggle for What Comes Next* (inédito em português), foi publicado pela Pluto Press em outubro de 2013.

**John Hilary**

**PARCERIA**  
UMA CARTA  
**TRANSATLÂNTICA**  
PARA A DESREGULAÇÃO,  
**DE COMÉRCIO**  
UM ATAQUE AOS EMPREGOS,  
**E**  
O FIM  
**INVESTIMENTO**  
DA DEMOCRACIA

**Maio de 2014**



# Sumário

Sumário executivo [\[p. 6\]](#)

1. O que é a TTIP? [\[p. 9\]](#)
2. Falta de transparência, falta de democracia [\[p. 12\]](#)
3. Ameaça “prolongada e real” aos empregos [\[p. 15\]](#)
4. Desregulação da segurança alimentar [\[p. 18\]](#)
5. Desregulação ambiental [\[p. 21\]](#)
6. Serviços públicos sob ataque [\[p. 24\]](#)
7. Privacidade em risco [\[p. 28\]](#)
8. ISDS: uma ameaça à democracia [\[p. 30\]](#)
9. Resistência crescente [\[p. 34\]](#)
10. Informações adicionais [\[p. 36\]](#)

# Sumário executivo

**A** Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (*Transatlantic Trade and Investment Partnership*, TTIP) é um tratado abrangente de livre comércio e investimento que está sendo negociado – em sigilo – entre a União Europeia e os Estados Unidos. A intenção de promover negociações referentes à TTIP foi inicialmente anunciada pelo presidente Barack Obama em fevereiro de 2013, no Discurso sobre o Estado da União, e a primeira rodada de conversas entre a Comissão Europeia e as autoridades americanas ocorreu em julho do mesmo ano. O objetivo é conduzir as negociações da maneira mais rápida possível, sem que detalhes caiam no domínio público, na esperança de concluí-las antes que os cidadãos europeus e norte-americanos descubram a dimensão real do perigo representado pela TTIP.

Representantes de ambas as partes reconhecem que o objetivo primordial da TTIP não é estimular o comércio por meio da remoção de taxas alfandegárias entre a UE e os EUA, visto que estas taxas já são mínimas. A finalidade principal da TTIP, admitem as autoridades, é a supressão de “barreiras” regulatórias que restringem a potencial margem de lucro de empresas transnacionais nos dois lados do Atlântico. No entanto, tais “barreiras” representam, na verdade, alguns de nossos instrumentos mais valiosos para a proteção de padrões sociais e regulações ambientais, tais como direitos trabalhistas, regras para a segurança alimentar (incluindo restrições a organismos geneticamente modificados), regulamentos sobre o uso de produtos químicos tóxicos, leis de privacidade digital e até mesmo garantias bancárias introduzidas para evitar uma repetição da crise financeira de 2008. Em outras palavras, o jogo de interesses não poderia ser maior.



Além dessas desregulações, a TTIP busca criar novos mercados por meio da abertura de serviços públicos e licitações à competição de corporações transnacionais, ameaçando desencadear mais uma onda de privatizações em setores-chave como saúde e educação. O mais preocupante é que a TTIP visa garantir aos investidores estrangeiros o direito inédito de processar governos soberanos, perante tribunais de arbitragem *ad hoc*, por perdas de lucro resultantes de políticas públicas. Este mecanismo de solução de disputas entre investidores e Estados efetivamente eleva o capital transnacional a um patamar equivalente ao de um Estado-nação e ameaça minar os princípios mais básicos da democracia, tanto na União Europeia quanto nos Estados Unidos.

Portanto, a TTIP não representa uma negociação entre dois parceiros comerciais concorrentes, mas sim uma tentativa feita por corporações transnacionais de desregular mercados em ambos os lados do Atlântico. Há uma crescente preocupação por parte de cidadãos da UE e dos EUA diante das ameaças representadas pela TTIP, e grupos da sociedade civil estão-se aliando a acadêmicos, parlamentares e outros grupos afins para impedir que autoridades corporativistas abram mão dos valores sociais e ambientais acima mencionados. Encorajamos todas as pessoas a se unirem a esta resistência, entrando em contato com campanhas locais ou criando uma campanha própria.



*Deve-se compreender que a TTIP não representa uma negociação entre dois parceiros comerciais concorrentes, mas sim um ataque direcionado às sociedades dos Estados Unidos e da Europa, promovido por corporações transnacionais para remover barreiras regulatórias às suas atividades em ambos os lados do Atlântico.*

# 1. O que é a TTIP?

**Por muito tempo**, grupos empresariais em ambos os lados do Atlântico cultivaram o sonho de um acordo pró-corporativo de comércio e investimento entre a União Europeia e os Estados Unidos. Em 1995 foi fundado o Trans-Atlantic Business Dialogue (Diálogo Empresarial Transatlântico), um grupo seleto de executivos das mais poderosas companhias norte-americanas e europeias. Este organismo defende permanentemente a criação de um acordo extenso para a eliminação de regulações que afetam corporações transnacionais operantes na UE e nos EUA.<sup>1</sup> A criação do Transatlantic Economic Council (Conselho Econômico Transatlântico), em 2007, ofereceu ao Trans-Atlantic Business Dialogue uma nova oportunidade para pressionar a criação de uma área de livre comércio, baseada na desregulação de mercados tanto na UE quanto nos EUA.

**Em resposta a essa pressão**, funcionários da Comissão Europeia e do governo americano anunciaram em novembro de 2011 que estabeleceriam um grupo de trabalho de alto nível para “identificar e avaliar opções que levassem ao fortalecimento da relação de comércio e investimento entre os EUA e a UE”. Pouco depois, a Comissão Europeia deu início a mais de cem encontros a portas fechadas, realizados individualmente com empresas e lobistas corporativos para criar um clima favorável às suas estratégias de negociação. Estes encontros foram mantidos em sigilo até serem forçosamente revelados pela Comissão após um pedido de acesso à informação.<sup>2</sup> O Trans-Atlantic Business Dialogue se juntou à Business Roundtable (Mesa Redonda Empresarial), nos Estados Unidos, e à European Round Table of Industrialists (Mesa Redonda de Industrialistas da Europa) para convocar uma ambiciosa parceria de comércio e investimento entre a UE e os EUA.<sup>3</sup>

---

1. Mark A. Pollack, *The Political Economy of the Transatlantic Partnership*, Fiesole: European University Institute, junho de 2003.

2. ‘European Commission preparing for EU-US trade talks: 119 meetings with industry lobbyists’, Bruxelas: Corporate Europe Observatory, 4 de setembro de 2013.

3. ‘Forging a Transatlantic Partnership for the 21st Century’, Declaração conjunta do Business Roundtable (Estados Unidos), do Trans-Atlantic Business Dialogue e da European Round Table of Industrialists, 18 de abril de 2012.

**Em fevereiro de 2013**, o presidente americano Barack Obama anunciou o início das negociações rumo à Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, na sigla em inglês) diante do Congresso americano, durante o Discurso sobre o Estado da União. A primeira rodada de conversas ocorreu em julho de 2013, e ambas as partes expressaram interesse em concluir as negociações em um prazo de dois anos (evitando assim um conflito com a campanha eleitoral americana, que começará efetivamente em 2015). Devido à eleição de um novo Parlamento Europeu e à formação de uma nova Comissão Europeia em 2014, a intenção de concluir uma série de negociações tão complexas e controversas em “um só tanque de gasolina” (como expressaram negociadores americanos) é imprudente ao extremo.

**A TTIP não é um acordo** comercial tradicional, destinado a reduzir as taxas alfandegárias entre parceiros comerciais. Afinal, as taxas entre a UE e os EUA já são mínimas. Autoridades de ambas as partes reconhecem que o objetivo primordial da TTIP é a supressão de “barreiras” regulatórias que restringem a potencial margem de lucro de companhias transnacionais nos mercados americano e europeu. Isto inclui a eliminação ou o enfraquecimento de importantes normas sociais e regulações ambientais, tais como direitos trabalhistas, regras para a segurança alimentar (incluindo restrições a organismos geneticamente modificados), regulamentos sobre o uso de produtos químicos tóxicos, leis de proteção de dados e novas garantias bancárias, introduzidas para evitar uma repetição da crise financeira de 2008. O mandato de negociação da Comissão Europeia (classificado como confidencial, segundo as regras da UE, e conhecido, portanto, apenas por divulgação não autorizada) prevê a eliminação de obstáculos reguladores como uma das principais prioridades da TTIP, desmentindo as subseqüentes alegações da Comissão Europeia de que a desregulação não constaria na agenda.<sup>4</sup> O governo dos Estados Unidos também identificou regulamentos e normas essenciais da UE como passíveis de eliminação, conforme será detalhado neste informativo.

**Além disso**, a TTIP busca criar novos mercados por meio da abertura de serviços públicos e licitações à competição de corporações transnacio-

---

4. ‘Directives for the negotiation on the Transatlantic Trade and Investment Partnership between the European Union and the United States of America’, Bruxelas: Conselho da União Europeia, 17 de junho de 2013. Um apelo para converter o mandato em um documento público foi rejeitado pelo Conselho de Ministros durante um encontro em Luxemburgo, no dia 18 de outubro de 2013.

nais, ameaçando desencadear mais uma onda de privatizações em setores-chave como saúde e educação. Representantes do governo britânico confirmaram que uma das suas três principais prioridades para a TTIP é “completar o mercado único” dentro da própria União Europeia, especialmente ao abrir contratos de concessão de serviço público e licitações a companhias privadas provenientes de outros Estados-membros da UE.<sup>5</sup> O mais preocupante é que a TTIP visa garantir aos investidores estrangeiros o direito inédito de processar governos soberanos, perante tribunais de arbitragem *ad hoc*, por perdas de lucro resultantes de políticas públicas (veja abaixo). Este mecanismo de solução de disputas entre investidores e Estados efetivamente eleva o capital transnacional a um patamar equivalente ao de um Estado-nação e ameaça minar os princípios mais básicos da democracia, tanto na União Europeia quanto nos Estados Unidos.

**Deve-se compreender** que a TTIP não representa uma negociação entre dois parceiros comerciais concorrentes, mas sim um ataque direcionado às sociedades dos Estados Unidos e da Europa, promovido por corporações transnacionais para remover barreiras regulatórias às suas atividades em ambos os lados do Atlântico. Através da divulgação não autorizada de informações internas em dezembro de 2013, a Comissão Europeia confirmou que a TTIP coloca em risco não só a legislação primária da UE (tanto regulamentos quanto diretivas), como também medidas de execução, atos delegados e regulamentações introduzidas pelos Estados-membros da União. Por parte dos EUA, projetos de lei aprovados pelo Congresso, leis federais e regulamentações adotadas por cada um dos estados também seriam afetados.<sup>6</sup> Karel De Gucht, Comissário Europeu de Comércio, confirmou que o propósito da TTIP é remover regulações em ambos os lados do Atlântico para que empresas tenham liberdade completa para operar: “Barreiras regulatórias são mais complicadas de se remover do que barreiras tradicionais de comércio... Não vai ser fácil, mas o esforço vai valer a pena.”<sup>7</sup>

---

5. Para mais detalhes sobre o objetivo do governo britânico de “completar” o mercado comum dentro da Europa, ver ‘The economic consequences for the UK and the EU of completing the Single Market’, Londres: Department for Business, Innovation and Skills, fevereiro de 2011.

6. ‘TTIP: Cross-cutting disciplines and Institutional provisions; Position paper – Chapter on Regulatory Coherence’, Bruxelas: Comissão Europeia, 2 de dezembro de 2013.

7. ‘Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) – Solving the Regulatory Puzzle’, discurso do Comissário Europeu de Comércio, Karel De Gucht, no Aspen Institute, Praga, 10 de outubro de 2013.

## 2. Falta de transparência, falta de democracia

**Em comunicado divulgado** à imprensa em setembro de 2013, a Comissão Europeia alegou que a TTIP não representaria nenhuma ameaça aos regulamentos de saúde, segurança, meio ambiente ou segurança ambiental, já que as “negociações serão transparentes”.<sup>8</sup> Nada poderia estar mais longe da verdade. Apenas dois meses antes, o negociador-chefe da UE, Ignacio Garcia Bercero, havia confirmado em despacho ao seu correspondente americano que a Comissão Europeia bloquearia o acesso público a documentos relacionados à negociação ou ao desenvolvimento da TTIP, permanecendo estes documentos inacessíveis ao público por um período de até trinta anos.<sup>9</sup> O Comissário Europeu de Comércio, Karel De Gucht, afirmou ao Parlamento Europeu que a Comissão dedicaria à TTIP um sigilo comparável a acordos comerciais anteriores, e apelou aos membros do Parlamento Europeu para que apoiassem a “confidencialidade” das negociações.<sup>10</sup>

**Embora as negociações** da TTIP como um todo estejam cercadas de mistério, a Comissão Europeia reserva restrições especialmente severas aos documentos mais significantes, referentes à desregulação exigida por negociadores americanos aos países europeus. Segundo os protocolos da Comissão, até mesmo representantes dos governos integrantes da UE terão seu acesso limitado a salas de leitura especialmente designadas, das quais os documentos não poderão ser retirados ou copiados. Ainda mais crítico é o fato de que os parlamentares eleitos pelos Estados-

8. *Transatlantic Trade and Investment Partnership: The Regulatory Part*, Bruxelas: Comissão Europeia, setembro de 2013.

9. ‘Arrangements on TTIP negotiating documents’, despacho de Ignacio Garcia Bercero, negociador-chefe da UE para a TTIP, a L. Daniel Mullaney, negociador-chefe dos Estados Unidos para a TTIP; Bruxelas: Comissão Europeia, 5 de julho de 2013.

10. Transcrição do debate ‘EU trade and investment agreement negotiations with the US’ realizado no Parlamento Europeu em Estrasburgo, 22 de maio de 2013.

-membros da UE não terão permissão para verificar as exigências feitas pelos Estados Unidos aos seus respectivos países, mesmo que estas exigências possam causar impacto na vida de seus eleitores. Em uma medida que lembra a espionagem durante a Guerra Fria, a Comissão Europeia chegou a etiquetar documentos oficiais relativos à TTIP com marcações secretas, a fim de poder rastrear qualquer eventual revelação não autorizada de informações.<sup>11</sup>

**Numa medida adicional** de cautela, a Comissão Europeia convocou representantes dos países-membros da UE para um encontro em novembro de 2013. O objetivo era oferecer instruções acerca de comunicações futuras referentes à TTIP, que deveriam ser controladas e coordenadas. Um relatório interno, preparado pela Comissão Europeia para o encontro (e cujo conteúdo foi publicado subsequentemente pela revista dinamarquesa *Notat*), apelava aos países-membros da UE para trabalharem juntos, combatendo a crescente preocupação pública de que a TTIP “debilitaria a regulamentação e os níveis existentes de proteção em áreas como saúde, segurança e meio ambiente”. A Comissão Europeia chegou a sugerir que o lançamento de uma conta no Twitter dedicada às negociações da TTIP demonstrasse uma prova de transparência, apesar do evidente potencial propagandístico para o time negociador da UE.<sup>12</sup>

**Da mesma maneira**, membros do Congresso americano não terão acesso às demandas feitas pela UE aos seus estados. No entanto, um esboço das posições de negociação será compartilhado com assessores corporativos do governo americano, que em seguida terão permissão para divulgar os resultados aos parceiros comerciais europeus. Nos Estados Unidos, a crescente conscientização da ameaça representada pela TTIP à subsistência popular gerou a preocupação de que o Congresso poderia tornar-se um empecilho às negociações – especialmente considerando a declarada intenção europeia de eliminar o popular programa *Buy America Provisions*, que hoje sustenta empregos e negócios locais em vários estados dos EUA (veja abaixo). Em uma tentativa de conter esta ameaça, o vice-primeiro-ministro do Reino Unido, Nick Clegg, foi enviado aos Es-

---

11. Staffan Dahllöf, ‘Elected politicians excluded from EU-US negotiations’, *Notat*, 19 de dezembro de 2013.

12. ‘Communicating on TTIP – Areas for cooperation between the Commission services and Member States’, Bruxelas: Comissão Europeia, 7 de novembro de 2013; o usuário de Twitter da equipe de negociação da UE é @EU\_TTIP\_team.

tados Unidos em setembro de 2013 com um livreto especialmente elaborado para convencer cada um dos 50 estados americanos dos ganhos potenciais que a TTIP lhes poderia trazer.<sup>13</sup>

**Ainda que as negociações** sejam conduzidas sob o mais profundo sigilo, a TTIP almeja apresentar sua própria versão de “transparência”, de modo que as corporações transnacionais terão condições de refutar a introdução de regulações futuras que possam eventualmente restringir seus lucros. O governo americano apelou publicamente para que empresas exerçam maior influência no estabelecimento de padrões de regulamentação em ambos os lados do Atlântico. Em resposta, a Comissão Europeia sugeriu a criação de um Conselho de Cooperação Regulatória, que não apenas supervisionaria a implementação dos compromissos desregulatórios já existentes, como também daria às empresas o poder de identificar outras regulações passíveis de remoção após a conclusão das negociações da TTIP. Além disso, as empresas seriam previamente notificadas a respeito de qualquer nova proposta de regulação, de maneira que elas possam remover restrições indesejadas às atividades corporativas antes que tais normas sejam introduzidas.<sup>14</sup> Este novo poder concedido a corporações para controlar padrões reguladores quase se concretizou em novembro de 2013, quando os Estados Unidos e a União Europeia concordaram em estabelecer o órgão mencionado como parte do acordo da TTIP.<sup>15</sup>

13. *TTIP and the Fifty States: Jobs and Growth from Coast to Coast*, Washington DC: Atlantic Council, Fundação Bertelsmann e Embaixada Britânica em Washington, setembro de 2013.

14. ‘The United States, the European Union, and the Transatlantic Trade and Investment Partnership’, discurso de Michael Froman, Representante de Comércio dos Estados Unidos, ao German Marshall Fund, Bruxelas, 30 de setembro de 2013; ‘Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) – Solving the Regulatory Puzzle’, discurso do Comissário Europeu de Comércio, Karel De Gucht, no Aspen Institute, Praga, 10 de outubro de 2013.

15. ‘US, EU Agree in Principle to Seek Long-Term Regulatory Mechanism’, *Inside US Trade*, 22 de novembro de 2013.

### 3. Ameaça “prolongada e real” aos empregos

**Existem diversas** especulações quanto aos resultados econômicos trazidos pela TTIP. As cifras mais comumente citadas provêm de uma avaliação de impacto comissionada ao Centre for Economic Policy Research pela Comissão Europeia. A hipótese mais otimista desta avaliação de impacto afirma que a produção econômica da UE poderia aumentar em 0,5% até 2027 em consequência de um acordo com os EUA.<sup>16</sup> No entanto, pesquisadores independentes consideram esta afirmação “ilusória” e ressaltam as falsas premissas do estudo. Em contrapartida, os ganhos efetivos e realistas da TTIP foram descartados como “triviais” pelo especialista responsável por desenvolver avaliações de livre comércio para a UE nos últimos dez anos.<sup>17</sup>

**Quanto às perdas** de emprego, frequentemente associadas aos acordos de livre comércio, a Comissão Europeia confirmou que a TTIP provavelmente custará aos trabalhadores europeus um corte de vagas de forma “prolongada e real”, já que as empresas serão incentivadas a adquirir bens e serviços em estados norte-americanos, onde as normas trabalhistas são inferiores e os direitos sindicalistas inexistentes (veja abaixo).<sup>18</sup> Num momento em que os índices de desemprego atingem um considerável recorde, com um desemprego jovem de mais de 50% em alguns Estados-membros da UE, a Comissão Europeia reconhece que existem

---

16. ‘Reducing Transatlantic Barriers to Trade and Investment: An Economic Assessment’, Londres: Centre for Economic Policy Research, março de 2013; outros estudos sugerem uma gama de cenários diferentes – ver ‘Study on “EU-US High Level Working Group”: Final report’, Roterdã: Ecorys, outubro de 2012; ‘Transatlantic Trade: Whither Partnership, Which Economic Consequences?’, Paris: CEPIL, setembro de 2013; *Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP): Who benefits from a free trade deal? Part 1: Macroeconomic Effects*, Gütersloh: Fundação Bertelsmann, 2013.

17. ‘EU-US trade deal claims “vastly overblown”’, comunicado de imprensa da Universidade de Manchester, 19 de novembro de 2013; Clive George, ‘What’s really driving the EU-US trade deal?’, *Open Democracy*, 8 de julho de 2013.

18. ‘Impact Assessment Report on the future of EU-US trade relations’, Estrasburgo: Comissão Europeia, 12 de março de 2013, seção 5.9.2.



“preocupações legítimas” de que os trabalhadores que perderem seus postos em consequência da TTIP serão incapazes de encontrar outra ocupação. Para apoiar possíveis novos desempregados, a Comissão recomenda aos Estados-membros da UE que recorram a fundos de apoio estruturais, como o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização e o Fundo Social Europeu, os quais receberam um total de 70 bilhões de euros a serem distribuídos no período entre 2014 e 2020.<sup>19</sup>

**Trabalhadores americanos** já estão familiarizados com este tipo de desemprego devido à experiência com o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), assinado pelos Estados Unidos, pelo Canadá e pelo México, e em vigor desde 1994. Tal como no caso da TTIP, os sindicatos americanos foram convencidos a apoiar o NAFTA com “falsas promessas” de geração de centenas de milhares de empregos. De acordo com um estudo do Economic Policy Institute referente aos doze primeiros anos do acordo, o NAFTA efetivamente causou a perda líquida de mais de um milhão de postos de trabalho e uma queda significativa nos salários de milhões de trabalhadores nos Estados Unidos.<sup>20</sup> A avaliação de impacto comissionada pelo governo dos Estados Unidos foi mantida em sigilo, mas a avaliação da Comissão Europeia sugere que a TTIP também trará uma eliminação substancial dos postos de trabalho nos Estados Unidos. Estes trabalhadores demitidos se juntarão aos 12 milhões já oficialmente registrados como desempregados no país.

**Também existe a preocupação** de que a TTIP possa rebaixar normas trabalhistas identificadas como “barreiras” ao comércio. Por exemplo, acordos coletivos de trabalho poderiam ser questionados por representarem uma restrição ao modelo de negócio dos competidores. Este é apenas um dos casos mencionados em um relatório para a Comissão Europeia sobre medidas que representam um “impedimento” ao comércio entre os EUA e a UE.<sup>21</sup> Os Estados Unidos notoriamente se recusaram a ratificar as convenções da OIT referentes a normas fundamentais do tra-

19. ‘Refocusing EU Cohesion Policy for Maximum Impact on Growth and Jobs: The Reform in 10 Points’, Bruxelas: Comissão Europeia, 19 de novembro de 2013.

20. Robert E. Scott, Carlos Salas e Bruce Campbell, ‘Revisiting NAFTA: Still not working for North America’s workers’, Washington DC: Economic Policy Institute, setembro de 2006; Ben Beachy, ‘NAFTA at 20’, Washington DC: Public Citizen, janeiro de 2014.

21. ‘Non-Tariff Measures in EU-US Trade and Investment – An Economic Analysis’, Roterdã: Ecorys, dezembro de 2009, p. 111.

balho como negociação coletiva, liberdade sindical e direito de sindicalização. Além disso, quase metade dos estados americanos adotou uma legislação anti-sindical chamada *right to work*, ou “direito ao trabalho”, que debilita as finanças de sindicatos e permite que empresas reduzam o salário, as aposentadorias e o plano de saúde de seus trabalhadores.<sup>22</sup> Empresas veem a TTIP como uma oportunidade de realocar a produção para regiões em que salários e direitos trabalhistas sejam menores, criando uma corrida desenfreada para reduzir os custos de mão-de-obra e aumentar os lucros corporativos. A Comissão Europeia já é conhecida por apoiar as demandas de grupos corporativos europeus pela supressão de direitos salariais e trabalhistas.<sup>23</sup>

**Além disso**, de acordo com as disposições sobre proteção ao investidor propostas pela TTIP (veja abaixo), qualquer melhora futura nos termos e nas condições de trabalho pode levar a pedidos de indenização advindos de corporações americanas e europeias. A companhia francesa Veolia, que havia assinado um contrato de 15 anos de duração para depósito de lixo em Alexandria, entrou com um pedido de indenização contra o Egito e rompeu o contrato em outubro de 2011. A Veolia agora exige do Estado egípcio uma reparação de danos, sob o argumento de que suas margens de lucro foram prejudicadas pela decisão do Conselho Nacional de Política Salarial de manter os salários dos setores público e privado alinhados à inflação.<sup>24</sup> O medo de enfrentar processos similares sob a vigência da TTIP poderia dissuadir outros países a aumentar os benefícios trabalhistas no futuro.

---

22. Elise Gould e Heidi Shierholz, ‘The Compensation Penalty of “Right-to-Work” Laws’, Washington DC: Economic Policy Institute, fevereiro de 2011.

23. ‘BusinessEurope and the European Commission: in league against labor rights?’, Bruxelas: Corporate Europe Observatory, 11 de março de 2013.

24. Veolia Propreté v Arab Republic of Egypt (ICSID Case No ARB/12/15); Fanny Rey, ‘Veolia assigne l’Égypte en justice’, *Jeune Afrique*, 11 de julho de 2012.

## 4. Desregulação da segurança alimentar

**No contexto das negociações** da TTIP, as normas europeias de segurança alimentar – incluindo restrições a organismos geneticamente modificados (OGM), pesticidas, promotores de crescimento e carne bovina tratada com hormônios – estão entre os principais alvos identificados por empresas como passíveis de remoção. Fabricantes americanos não são obrigados a cumprirem com as mesmas normas de bem-estar animal e ambiental como seus parceiros no outro lado do Atlântico; consequentemente, buscam eliminar as restrições da UE à venda de seus produtos nos mercados europeus. Desde o princípio, o governo dos Estados Unidos declarou explicitamente que usaria as negociações da TTIP para influenciar os regulamentos europeus que proíbem a exportação de alimentos americanos, atingindo especialmente os regulamentos de segurança alimentar pelos quais cidadãos europeus lutaram nas últimas décadas.<sup>25</sup>

**No centro da disputa** está o uso do “princípio da precaução” para estabelecer normas de segurança alimentar na União Europeia. Segundo este princípio, um produto pode ser retirado do mercado caso possa apresentar riscos à saúde humana, mesmo que não existam dados científicos suficientes para comprovar tal suspeita.<sup>26</sup> O princípio da precaução transfere o ônus aos produtores: não existe uma responsabilidade pública de provar que o produto é perigoso; pelo contrário, a empresa é obrigada a provar que seu produto é seguro. O governo americano não emprega o princípio da precaução, e interesses corporativos têm

---

25. Ver, por exemplo, a notificação oficial do presidente dos EUA para o Congresso quando do lançamento das negociações para a TTIP, incluindo o compromisso de garantir maior acesso ao mercado para as exportações americanas, eliminando as restrições sanitárias e fitossanitárias da UE: carta do Representante interino de Comércio dos EUA, Demetrios Marantis, para John Boehner, presidente da Câmara dos Deputados dos EUA, 20 de março de 2013.

26. Para uma análise profunda, ver *Late lessons from early warnings: science, precaution, innovation*, Copenhague: Agência Europeia do Ambiente, janeiro de 2013.

prevalecido no estabelecimento de normas de segurança alimentar claramente inferiores às europeias. No entanto, a agenda de “convergência regulamentar” da TTIP busca aproximar as normas europeias das normas americanas. Os exemplos seguintes mostram o que está em risco:

- Por volta de 70% de todos os alimentos processados e vendidos nos supermercados americanos contêm ingredientes geneticamente modificados. Em contraste, como resultado de uma intensa resistência popular, praticamente nenhum alimento geneticamente modificado é vendido em supermercados europeus, já que qualquer produto que contenha ingredientes geneticamente modificados deve ser rotulado como tal. Companhias americanas de biotecnologia estão usando a TTIP para atacar as regulações europeias, e o governo dos Estados Unidos se opõe à obrigatoriedade da rotulagem. A indústria biotecnológica europeia está trabalhando com sua correspondente americana para usar a TTIP como meio para aumentar o número de OGM na Europa.<sup>27</sup>
- Fabricantes americanos identificaram o sistema de controle de pesticidas da UE como um dos principais padrões a serem rebaixados no âmbito da TTIP.<sup>28</sup> As regulações de 2009 estabelecem o princípio da precaução como aspecto central do sistema de controle de pesticidas da UE, protegendo a saúde humana e o meio ambiente. Apesar disso, segundos os negociadores principais da TTIP, estas mesmas regulações já foram incluídas na agenda de negociação, com o objetivo de transcenderem até mesmo as normas da Organização Mundial do Comércio (OMC) e estabelecerem uma legislação o menos onerosa possível para as empresas.<sup>29</sup>
- Disruptores endócrinos (substâncias químicas conhecidas por inter-

---

27. Ver, por exemplo, a resposta conjunta da BIO e da EuropaBio à solicitação da UE e dos EUA sobre questões regulatórias em 2012.

28. Diretiva 2009/128/EC, que estabelece um parâmetro para que a ação da Comunidade Europeia leve a uma utilização sustentável de pesticidas; e o Regulamento (EC) Número 1107/2009, referente à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado, ambos publicados em 21 de outubro de 2009.

29. ‘Second round of Transatlantic Trade and Investment Partnership: Report of stakeholder briefing’, Bruxelas: Comissão Europeia, 15 de novembro de 2013; ‘Chief Negotiators, Dan Mullaney and Ignacio Garcia Bercero Hold a Press Conference Following the Third Round of Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) Talks’, Washington DC: Escritório do Representante de Comércio dos EUA, 20 de dezembro de 2013.

ferir no sistema hormonal humano) são rigorosamente controlados pela União Europeia, de modo que os níveis máximos de contaminação permitidos no mercado europeu bloqueariam 40% de todos os alimentos importados dos Estados Unidos. Grupos industriais americanos buscam usar a TTIP para eliminar estes controles.<sup>30</sup>

- Nos Estados Unidos, mais de 90% da carne bovina é produzida com o uso de hormônios de crescimento que têm sido associados ao surgimento de câncer em seres humanos, razão pela qual a UE impõe restrições à importação deste tipo de produto desde 1988. O governo americano já questionou tais restrições perante a OMC e grupos empresariais pedem sua exclusão do acordo da TTIP, já que elas representariam uma barreira “desnecessária” ao comércio.
- Frangos e perus abatidos são frequentemente tratados com cloro antes de serem vendidos aos consumidores americanos – um processo que é proibido na UE desde 1997. Mais uma vez, o governo dos Estados Unidos questionou esta proibição perante a OMC; companhias americanas agora exigem que as negociações para a TTIP ponham um fim a tais regulamentos. No passado, a Comissão Europeia tentou suspender esta proibição, mas foi impedida de fazê-lo devido à resistência de peritos veterinários e membros do Parlamento Europeu.

**A Comissão Europeia** realizou múltiplas reuniões sigilosas com representantes da indústria alimentícia para enfraquecer as regulações europeias de segurança alimentar, não sendo um órgão confiável para defender os interesses dos consumidores na área de saúde. Em um relatório interno, compartilhado com o governo americano antes da primeira rodada de negociações para a TTIP, a Comissão Europeia concordou em rever as medidas de segurança alimentar europeias “com o objetivo de remover barreiras desnecessárias”.<sup>31</sup> Para demonstrar que está disposta a atender às exigências americanas, a Comissão já suspendeu o veto à importação de suínos vivos e de carne bovina tratada com ácido láctico, apesar da objeção de vários Estados-membros da UE.<sup>32</sup>

30. ‘US Agricultural Exports Threatened by EU Pesticide Regulation’, CropLife America, 21 de novembro de 2013.

31. ‘Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP): Note for the attention of the Trade Policy Committee’, Bruxelas: Comissão Europeia, 20 de junho de 2013.

32. ‘In move towards trade talks, EU to lift ban on some US meats’, EurActiv, 5 de fevereiro de 2013; ‘Member States resist lactic acid cleaning for carcasses’, *EU Food Law*, 12 de outubro de 2012.

## 5. Desregulação ambiental

A **Comissão Europeia** admitiu abertamente que a TTIP aumentará a pressão no que diz respeito a questões ambientais, já que sob “qualquer cenário” o futuro comércio entre Estados Unidos e União Europeia levará a um aumento na produção, no consumo e na transferência internacional de bens. A avaliação de impacto da própria Comissão nota que este aumento na produção, por sua vez, “ameaçará tanto os recursos naturais quanto a preservação da biodiversidade”.<sup>33</sup> Quanto à emissão de gases do efeito estufa, a Comissão afirma que, caso a TTIP alcance o resultado desejado, 11 milhões de toneladas métricas de CO<sub>2</sub> serão lançadas à atmosfera, contradizendo os compromissos de redução de emissões assumidos pela própria UE perante o Protocolo de Kyoto.<sup>34</sup> No entanto, nenhuma dessas observações levou a Comissão a repensar seu apoio à TTIP.

A **curto prazo**, a TTIP ameaça enfraquecer importantes normas ambientais conhecidas por garantir à UE níveis de segurança muito mais altos que os americanos. À frente destas normas está o Regulamento REACH, adotado em 2007 para proteger a saúde humana e o meio ambiente de substâncias tóxicas usadas por empresas em processos de produção, dentre outros.<sup>35</sup> O Regulamento REACH se baseia no princípio da precaução descrito anteriormente, ou seja, exige que as indústrias comprovem a segurança de um produto químico antes de aprová-lo para uso comercial. Em contraposição, o Ato de Controle de Substâncias Tóxicas (*Toxic Substances Control Act*, TSCA), aprovado nos Estados Unidos em 1976, requer que a agência pública reguladora prove a toxicidade de um produto químico antes de limitar o seu uso, limitação esta que deve

---

33. ‘Impact Assessment Report on the future of EU-US trade relations’, Estrasburgo: Comissão Europeia, 12 de março de 2013, seção 5.8.2.

34. *ibidem*, seção 5.8.1.

35. Regulação Número 1907/2006 da UE relativo ao registro, avaliação, autorização e restrição de substâncias químicas (REACH), 18 de dezembro de 2006.

ocorrer da maneira “menos onerosa” possível. Nos termos do TSCA, a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos adotou restrições a apenas seis dos 84 mil produtos químicos em uso comercial no país desde 1976.<sup>36</sup> Quando expostos os riscos na área de saúde, um regime tão negligente tem consequências imediatas junto ao público: a UE proíbe o uso de 1200 substâncias em cosméticos, por exemplo, enquanto os Estados Unidos proíbem apenas uma dúzia.<sup>37</sup>

**Nos Estados Unidos**, movimentos ambientalistas e grupos de interesse fazem campanha há muito tempo para que o TSCA seja substituído por regulamentos similares ao REACH.<sup>38</sup> Lobistas empresariais, por outro lado, se opõem vigorosamente às normas de segurança da UE e buscam usar a estrutura desregulatória da TTIP para “harmonizar” o Regulamento REACH com os equivalentes mais brandos dos Estados Unidos. A Comissão Europeia reconhece a incompatibilidade fundamental entre as abordagens europeia e americana, mas ainda busca uma eventual “convergência regulatória e reconhecimento no setor químico” em nome dos seus parceiros industriais.<sup>39</sup> Companhias europeias mostram-se dispostas a juntar forças, usando a TTIP para remover regulações ambientais que supostamente lhes trariam uma desvantagem injusta em relação aos competidores internacionais.

**Outras importantes** normas ambientais são postas em risco pelo programa desregulatório da TTIP. Critérios de sustentabilidade impostos pela Diretiva de Energia Renovável da União Europeia têm sido questio-

---

36. ‘Submission of Centre for International Environmental Law (CIEL) before US Senate Committee on Finance hearing on the Transatlantic Trade and Investment Partnership’, Washington DC: CIEL, 30 de outubro de 2013; ver também ‘Chemical Regulation: Comparison of US and Recently Enacted European Union Approaches to Protect against the Risks of Toxic Chemicals’, Washington DC: Government Accountability Office, agosto de 2007.

37. Kim Egan, ‘Is Europe the New America?’, Saltbox Consulting, 24 de setembro de 2013.

38. O Ato de Melhoria de Segurança Química (*Chemical Safety Improvement Act*), atualmente em debate no Congresso Americano, é incapaz de questionar a abordagem arriscada do TSCA; ver, por exemplo, Karuna Jaggar, ‘The Chemical Safety Improvement Act Falls Short: Open Letter to Congress’, *Huffington Post*, 12 de novembro de 2013.

39. ‘Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP): Note for the attention of the Trade Policy Committee’, Bruxelas: Comissão Europeia, 20 de junho de 2013; anexo II: ‘Chemicals in TTIP’.

nados por produtores norte-americanos de biocombustível interessados em “harmonizar” a legislação europeia com as normas menos exigentes dos Estados Unidos. O governo americano também está usando a TTIP para enfraquecer a Diretiva de Qualidade de Combustíveis da UE, de maneira a facilitar às refinarias americanas a exportação para a Europa de um petróleo extraído das areias betuminosas, no Canadá, com consequências ambientais devastadoras.<sup>40</sup> Além disso, a TTIP abriria as portas para a exportação massiva de gás de xisto dos Estados Unidos para a Europa, causando uma expansão da fratura hidráulica (também conhecida como *fracking*) nos Estados Unidos e levando companhias americanas a questionarem a proibição do *fracking* na Europa. Este é o caso da companhia energética americana Lone Pine Resources, que atualmente usa as normas do NAFTA para processar o governo do Canadá pela moratória sobre o *fracking* em Quebec.<sup>41</sup>

---

40. Kate Sheppard, ‘Michael Froman, Top US Trade Official, Sides With Tar Sands Advocates In EU Negotiations’, *Huffington Post*, 24 de setembro de 2013.

41. ‘Lone Pine Resources files outrageous NAFTA lawsuit against fracking ban’, comunicado de imprensa conjunto do Sierra Club e do Council of Canadians, 2 de outubro de 2013.



## 6. Serviços públicos sob ataque

**A TTIP almeja não** apenas afrouxar as regulações sobre segurança ambiental e alimentar, como também assegurar a liberalização dos mercados de serviço, incluindo a abertura de serviços públicos como saúde, educação e água às empresas privadas. Companhias americanas estão particularmente interessadas em ganhar acesso aos sistemas de saúde pública da Europa, já que estes são considerados mercados vastos a serem conquistados. O governo dos Estados Unidos confirmou que usará a TTIP para abrir os mercados de serviços da Europa em prol do capital americano; especificamente, “abordará o funcionamento de qualquer monopólio estabelecido” no ramo de utilidades públicas.<sup>42</sup> Membros do Parlamento britânico alertaram que a TTIP poderia destruir o Sistema Nacional de Saúde (*National Health Service*), já que companhias americanas teriam o direito de concorrer a licitações para contratos clínicos.<sup>43</sup>

**A Comissão Europeia** alegou que serviços públicos não serão incluídos na TTIP devido à exclusão de serviços “prestados no exercício da autoridade governamental”, como define o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (conhecido por sua sigla em inglês, GATS) da OMC.<sup>44</sup> Não obstante, a Comissão já admitiu há tempos que esta cláusula não oferece proteção aos serviços públicos, dada a sua definição restrita sobre quais serviços estariam sujeitos à exclusão. Por conseguinte, a UE foi forçada a modificar a lista original de compromissos de prestação de serviços (publicada em 1995), isentando os serviços públicos das normas do GATS. Desde então, porém, a Comissão abandonou essa isenção de “utilidades públicas” sob o argumento de que deseja que os serviços públicos sejam **incluídos** em acordos comerciais da UE, excluindo apenas serviços rela-

42. Carta do Representante interino de Comércio dos EUA, Demetrios Marantis, para John Boehner, presidente da Câmara dos Deputados dos EUA, 20 de março de 2013.

43. ‘Privatisation agenda drives Tory policy on NHS, says Burnham’, *Independent*, 10 de janeiro de 2014.

44. ‘Directives for the negotiation on the Transatlantic Trade and Investment Partnership between the European Union and the United States of America’, Bruxelas: Conselho da União Europeia, 17 de junho de 2013, seção 20.

cionados à segurança, tais como o judiciário, o policiamento de fronteiras ou o controle do tráfego aéreo.<sup>45</sup>

**Além da perspectiva** de ceder serviços públicos a empresas com fins lucrativos, um dos efeitos mais traiçoeiros de acordos de livre comércio, como a TTIP, é o fato de que a privatização de serviços públicos é efetivamente irreversível depois de consumada. Este “aprisionamento” se manifestará de maneira ainda mais ampla se a TTIP adotar a proposta da “lista negativa”, conforme visto no novo acordo de livre comércio assinado entre Estados Unidos e Canadá. Segundo esta lista, todos os setores de serviço são submetidos à liberalização, a não ser que tenham sido especificados como exceção (o modelo *list it or lose it* – “liste-o ou perca-o”). Este é um distanciamento dramático do modelo da “lista positiva”, tradicionalmente empregado pela UE, segundo o qual apenas os setores ativamente listados para inclusão serão abertos à competição de empresas estrangeiras. Grupos empresariais europeus se aliaram aos correspondentes americanos para exigir que a proposta da lista negativa seja usada na TTIP, de maneira a maximizar o número de serviços a serem incluídos na liberalização.<sup>46</sup>

**De maneira semelhante**, se medidas de proteção ao investidor forem incluídas na TTIP (veja abaixo), investidores estrangeiros poderão processar países hospedeiros pela perda de lucros resultante de uma reversão de privatizações prévias. Em 2006, quando a população da Eslováquia elegeu um governo de esquerda em resposta à impopular privatização do sistema de saúde, uma das primeiras medidas do novo governo foi restringir o poder das seguradoras privadas de obter lucros no sistema de saúde público. Em retaliação, vários planos de saúde privados processaram o governo eslovaco pelos prejuízos. A companhia holandesa Achmea eventualmente confiscou bens públicos no valor de 29,5 milhões de euros como forma de “compensação”. Em um caso excepcional iniciado em 2013, a Achmea agora busca usar os mesmos poderes para impedir

---

45. ‘Commission Proposal for the Modernisation of the Treatment of Public Services in EU Trade Agreements’, Bruxelas: Comissão Europeia, 26 de outubro de 2011.

46. ‘Regulatory Cooperation Component in the services sectors to an EU-US Economic Agreement’, declaração conjunta do European Services Forum e da Coalition of Service Industries, 12 de novembro de 2012; ‘EUROCHAMBRES views and priorities for the negotiations with the United States for a Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP)’, Documento de Posicionamento da EUROCHAMBRES, 6 de dezembro de 2013.

que o governo eslovaco estabeleça um sistema de saúde público que proporcione tratamento médico a todos os cidadãos do país.<sup>47</sup>

**Dentro da própria** Comissão Europeia foi levantada a preocupação de que a TTIP ameaçaria os serviços de saúde. Bernie Merkel, chefe da Unidade de Saúde Pública da Comissão, avisou que a UE terá que lutar para defender seus serviços de saúde pública ante demandas americanas por um novo acesso ao mercado. Durante o Fórum Europeu de Saúde em outubro de 2013, Merkel alertou que o público não deveria cultivar a ilusão de que a TTIP traria uma oportunidade para elevar os padrões de saúde ou o acesso a medicamentos: “Vocês devem lembrar que os Estados Unidos funcionam bem para aqueles que têm dinheiro, mas não tão bem para aqueles que não o têm.”<sup>48</sup>

**Ao mesmo tempo**, porém, é justamente a Comissão Europeia que busca usar a TTIP para enfraquecer importantes regulações financeiras estabelecidas no rastro da crise de 2008. Apesar do reconhecimento unânime de que uma regulação fraca está entre as causas centrais da crise financeira de 2008, a Comissão agora tenta alcançar uma desregulação ainda maior, demandando que o assunto seja incluído nas discussões da TTIP. Esta agenda é defendida energeticamente pelo governo do Reino Unido, em nome dos poderosos lobistas no centro financeiro de Londres, e pelo governo da Alemanha, em nome do seu setor bancário. Tais interesses também são compartilhados pelos maiores bancos americanos, que vêem a TTIP como instrumento para enfraquecer as regulações iniciadas com a adoção do *Dodd-Frank Act* (que reforça a transparência e a estabilidade do mercado financeiro) durante o governo Obama.<sup>49</sup> O governo dos Estados Unidos já concordou em negociar uma flexibilização das normas referentes ao acesso a mercados de serviços financeiros, incluindo a remoção de controles de capital.<sup>50</sup>

47. Laurence Franc-Menget, ‘ACHMEA II – Seizing Arbitral Tribunals to Prevent Likely Future Expropriations: Is it an Option?’, Kluwer Arbitration Blog, 28 de março de 2013.

48. ‘TTIP: Health sector braced for “damage control”’, EurActiv, 7 de outubro de 2013.

49. James Politi e Alex Barker, ‘White House set for Wall Street clash over trade talks’, *Financial Times*, 7 de julho de 2013.

50. Myriam Vander Stichele, ‘TTIP Negotiations and Financial Services: Issues and Problems for Financial Services Regulation’, Amsterdã: SOMO, 16 de outubro de 2013.

**Além de liberalizar** os serviços públicos, a Comissão Europeia e o governo dos Estados Unidos estão interessados em usar a TTIP para abrir licitações ao setor privado. Isso significa que várias políticas licitatórias locais, que apoiam importantes metas sociais e ambientais, não serão mais permitidas. A UE anunciou sua intenção de eliminar o popular programa *Buy America Provisions*, usado para sustentar empregos e negócios locais em vários estados dos EUA.<sup>51</sup> O governo americano proclamou o objetivo de alvejar licitações da UE, como programas locais de alimentos promovidos em escolas e outros órgãos públicos.<sup>52</sup> Mais uma vez, os únicos ganhadores serão as corporações transnacionais que assumirem os contratos de fornecedores locais.

**Nenhuma dessas inclusões** é inevitável. Por meio da “exceção cultural”, que tradicionalmente protegeu a indústria cinematográfica doméstica da competição externa, o governo francês anunciou em junho de 2013 que tinha conseguido excluir serviços audiovisuais do mandato da TTIP da Comissão Europeia, não obstante a oposição do Reino Unido, da Alemanha e da própria Comissão. Em um debate acalorado no Conselho dos Negócios Estrangeiros da UE, a França ameaçou vetar o início das negociações para a TTIP se tal exceção cultural não fosse respeitada. No entanto, o governo dos Estados Unidos confirmou que “advogará agressivamente” em prol de sua indústria cinematográfica e televisiva para incluir serviços audiovisuais nas negociações.<sup>53</sup> Incomodado com o fracasso em obter um mandato pleno para todos os setores, a Comissão Europeia insiste que serviços audiovisuais não foram excluídos da TTIP e que podem ser reintroduzidos em um estágio futuro das negociações.<sup>54</sup>

---

51. James Politi, ‘Buy America laws raise hurdles in European talks’, *Financial Times*, 26 de junho de 2013; o programa Buy America provisions é explicitamente listado como alvo na seção 24 do mandato de negociação da Comissão Europeia aprovado em junho de 2013.

52. ‘EU-US trade deal: A bumper crop for “big food”?’, Friends of the Earth Europe and Institute for Agriculture and Trade Policy, outubro de 2013.

53. Respostas escritas enviadas pelo Representante do Comércio dos EUA, Michael Froman, ao Congressional Ways and Means Committee (o comitê do Congresso americano responsável pela política orçamental, financeira e fiscal) sobre a President’s Trade Policy Agenda (Agenda Presidencial de Política Comercial), 18 de julho de 2013.

54. ‘Member States endorse EU-US trade and investment negotiations’, Bruxelas: Comissão Europeia, 14 de junho de 2013; ‘M. Barroso, vous n’êtes ni loyal ni respectueux!’, *Le Monde*, 18 de junho de 2013.

## 7. Privacidade em risco

**Ainda que a TTIP** vise primariamente à desregulação em favor das empresas, o acordo também busca aumentar os lucros corporativos ao restringir o acesso público à informação. O capítulo da TTIP sobre direitos de propriedade intelectual contém provisões sobre direitos autorais, patentes e marcas registradas com o objetivo de reforçar o controle corporativo sobre o conhecimento às custas do acesso público nos Estados Unidos e na União Europeia. Importantes exceções aos direitos autorais concedidas a escolas, livrarias, programas de educação à distância e pessoas deficientes podem desaparecer. Ao mesmo tempo, a indústria farmacêutica busca usar a TTIP para restringir o acesso a informações sobre experiências clínicas, uma medida que vai minar a transparência e aumentar os custos para sistemas nacionais de saúde no futuro.<sup>55</sup>

**Um documento da Comissão Europeia** veio a público de forma não autorizada e também levantou temores de que a TTIP poderia reintroduzir elementos centrais do Acordo Comercial Anticontrafação (ACTA), rejeitado pelo Parlamento Europeu em 2012.<sup>56</sup> Tal legislação havia sido amplamente condenada por toda a Europa como um assalto às liberdades civis, já que ela forçaria provedores de serviços de Internet a monitorarem as atividades de seus clientes e informarem sobre qualquer indivíduo suspeito de violar as leis de direito autoral. Membros do Parlamento Europeu rejeitaram o ACTA por 478 votos contra e 39 a favor. Foi a primeira vez que o Parlamento Europeu usou os poderes concedidos pelo Tratado de Lisboa para refutar um acordo de comércio internacional. O escocês David Martin, membro do Parlamento Europeu e relator do ACTA, advertiu aos seus colegas que seria impensável aceitar um acordo

---

55. Jim Murray, 'New fronts in the struggle for transparency', BMJ Blogs, 13 de dezembro de 2013.

56. 'Transatlantic Trade and Investment Partnership negotiations (TTIP): The Information and Communication Technology (ICT) sector', Bruxelas: Comissão Europeia, 2013.

negociado em segredo e apresentado ao Parlamento Europeu como um fato consumado.

**A TTIP também** enfraquecerá as leis sobre privacidade de dados ao facilitar às empresas o acesso a informações pessoais para fins comerciais. A Comissão Europeia já afrouxou as normas europeias sobre privacidade de dados de maneira a pavimentar o caminho para uma coerência regulatória sob a TTIP, removendo uma salvaguarda essencial que protegia cidadãos europeus de serem espionados por agências de inteligência americanas.<sup>57</sup> A maior ironia, revelada em documentos obtidos pelo informante Edward Snowden, é que o governo americano grampeou os escritórios da UE em Nova York, Washington e Bruxelas, além de infiltrar sua rede de computadores para ter acesso a e-mails e documentos internos da União Europeia. Diante de tal escândalo, membros do Parlamento Europeu solicitaram a interrupção das negociações referentes à TTIP. Em resposta, a Comissária de Justiça da UE, Viviane Reding, concordou: “Não podemos negociar um grande mercado transatlântico se existir a mínima suspeita de que nossos parceiros estão espionando os escritórios dos nossos negociadores.”<sup>58</sup>

---

57. James Fontanella-Khan, ‘Washington pushed EU to dilute data protection’, *Financial Times*, 12 de junho de 2013.

58. Claus Hecking e Stefan Schultz, ‘Spying “Out of Control”: EU Official Questions Trade Negotiations’, *Der Spiegel*, 30 de junho de 2013; Laura Poitras, Marcel Rosenbach, Fidelius Schmid e Holger Stark, ‘Attacks from America: NSA Spied on European Union Offices’, *Der Spiegel*, 29 de junho de 2013.

## 8. ISDS: uma ameaça à democracia

Talvez a maior ameaça representada pela TTIP seja a garantia de que corporações transnacionais poderão processar diretamente países individuais por perdas sofridas sob sua jurisdição e resultantes de políticas públicas. Este “acordo judicial de disputa Estado-investidor” (*Investor-state Dispute Settlement*, ou ISDS) é único em suas implicações, já que eleva o capital transnacional a um patamar jurídico equivalente ao de um Estado-nação. Segundo a TTIP, portanto, corporações americanas e europeias teriam o poder de questionar decisões tomadas por Estados soberanos, exigindo indenizações sempre que estas decisões tenham efeitos adversos sobre suas margens de lucro.

**Os Estados Unidos** insistiram em incluir o mecanismo ISDS em quase todos os acordos bilaterais de investimento assinados até hoje; a única exceção à regra foi alcançada pela Austrália. Segundo a ISDS, empresas podem processar o país hospedeiro por danos, mesmo se não houverem assinado um contrato com o governo local. Além disso, investidores podem passar por cima de cortes nacionais e levar suas acusações diretamente aos tribunais internacionais de arbitragem, rompendo a norma tradicional de que soluções nacionais devem ser exauridas antes que se recorra aos fóruns internacionais. Em alguns casos, companhias nacionais se reinventaram como “estrangeiras”, simplesmente para tirarem proveito dos privilégios oferecidos pela ISDS e processarem o próprio governo.<sup>59</sup>

**Os tribunais de arbitragem** em si são uma completa farsa. Os arbitradores não são juízes titulares com autoridade pública, como seria o caso em sistemas judiciários nacionais, mas sim um pequeno grupo de advoga-

---

59. Gus Van Harten, *Investment Treaty Arbitration and Public Law*, Oxford: Oxford University Press, 2007.

dos corporativos, nomeados de maneira *ad hoc* e propensos a tomarem decisões favoráveis às empresas.<sup>60</sup> Os tribunais se reúnem em segredo e os arbitradores já foram acusados de tantas aplicações incorretas da lei que até mesmo os favoráveis a uma arbitragem internacional admitem que a ideia já perdeu toda a sua credibilidade. Uma declaração pública, assinada por mais de 50 professores de direito e outros acadêmicos, exigiu que o sistema seja abolido e o direito de decisão seja retornado às cortes nacionais.<sup>61</sup>

**Quando incluída** em tratados bilaterais de investimento ou em outros acordos de livre comércio, a ISDS causou danos consideráveis às políticas públicas e à democracia.<sup>62</sup> Alguns dos exemplos mais notáveis incluem:

- A companhia sueca Vattenfall está exigindo do governo alemão uma indenização no valor de 3,7 bilhões de euros devido à política oficial de reduzir gradativamente o uso de energia nuclear em consequência do desastre de Fukushima. A Vattenfall já havia obtido sucesso anteriormente na cidade de Hamburgo, visto que suas reclamações levaram a um afrouxamento das normas ambientais da cidade.
- No primeiro de muitos casos de ISDS levantados contra o Canadá sob vigência do NAFTA, uma reclamação da companhia americana Ethyl levou o governo canadense a revogar a proibição do aditivo para combustível MMT. Em um caso posterior referente aos direitos de utilização de água e madeira, o Canadá foi obrigado a pagar 122 milhões de dólares à empresa canadense AbitibiBowater, uma fabricante de papel que possuía um escritório nos Estados Unidos e estava usando o NAFTA para processar o próprio governo.
- A gigante de cigarros Phillip Morris está processando o governo australiano em bilhões de dólares por conta da política de saúde oficial, que determina que cigarros devam ser vendidos em embalagens simples. A Phillip Morris também está processando o Uruguai devido às medidas oficiais de combate ao tabagismo segundo as quais ilus-

---

60. Pia Eberhardt e Cecilia Olivet, *Profiting from Injustice: How Law Firms, Arbitrators and Financiers are Fuelling an Investment Arbitration Boom*, Amsterdã: Corporate Europe Observatory and Transnational Institute, 2012.

61. 'Public Statement on the Investment Regime', 31 de agosto de 2010, disponível em vários idiomas em [www.osgoode.yorku.ca/public\\_statement](http://www.osgoode.yorku.ca/public_statement).

62. Para mais exemplos, ver John Hilary, *The Poverty of Capitalism: Economic Meltdown and the Struggle for What Comes Next*, Londres: Pluto Press, 2013, capítulo 3.



trações antitabagistas devem cobrir 80% da superfície dos maços de cigarro vendidos no país.

- Nenhum Estado foi mais afetado por casos de ISDS do que a Argentina, especialmente devido ao fim da política de câmbio fixo em 2002. Em outubro de 2013, depois de muitos anos de batalha judicial, o governo argentino foi obrigado a indenizar cinco empresas em mais de 500 milhões de dólares.
- O Equador foi condenado a indenizar a Occidental Petroleum em 1,77 bilhões de dólares – o maior valor já pago em um caso de ISDS – por romper o contrato firmado com a gigante do petróleo quando esta violou a lei equatoriana. No entanto, um tribunal especial negou ao Equador uma indenização de 19 bilhões de dólares que deveria ser paga pela Chevron por duas décadas de contaminação da floresta amazônica.

**O uso da ISDS** por corporações transnacionais vem alcançando proporções epidêmicas. Mais de 500 processos públicos foram abertos contra ao menos 95 países; 400 destes processos foram iniciados apenas nos últimos dez anos.<sup>63</sup> Muito mais casos provavelmente não caíram no conhecimento público, devido ao sigilo que cerca este tipo de medida.

**Autoridades governamentais** em toda a Europa estão questionando agora se é conveniente incluir o mecanismo ISDS nas negociações para a TTIP. A London School of Economics foi comissionada pelo governo britânico para fazer uma avaliação de impacto referente aos custos e benefícios de incluir mecanismos de proteção ao investidor em um acordo entre os EUA e a UE. A avaliação concluiu que tais medidas iriam expor o Reino Unido a um número ainda maior de disputas e custos que o sofrido pelo Canadá perante o NAFTA. Ao mesmo tempo, um aumento no número de investimentos seria “altamente improvável” (nenhum acordo bilateral firmado pelos Estados Unidos com um país industrializado jamais resultou em aumento nos investimentos americanos no exterior). Os autores da avaliação aconselharam o governo britânico a repensar a inclusão de medidas de proteção ao investimento na TTIP.<sup>64</sup>

63. ‘Recent Developments in Investor-State Dispute Settlement (ISDS)’, Genebra: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, maio de 2013.

64. Lauge N. Skovgaard Poulsen, Jonathan Bonnitcha e Jason Webb Yackee, ‘Costs and Benefits of an EU-USA Investment Protection Treaty’, Londres: London School of Economics, abril de 2013.

**A Comissão Europeia** já identificou o tipo de sistema de ISDS que gostaria de incluir na TTIP.<sup>65</sup> No entanto, sua posição tem sido submetida a crescentes críticas advindas de grupos da sociedade civil – incluindo uma carta conjunta enviada por 200 organizações europeias, americanas e internacionais em dezembro de 2013 – e até mesmo de governos de países-membros da UE.<sup>66</sup> Em resposta a estas críticas, a Comissão Europeia anunciou em janeiro de 2014 que suspenderia as negociações para a ISDS no âmbito da TTIP por um período de três meses a fim de realizar uma “consulta” entre o público europeu.<sup>67</sup> Comentários subsequentes feitos pelo Comissário Europeu de Comércio Karel De Gucht revelaram que este exercício havia sido projetado não para promover qualquer revisão das intenções da Comissão, e sim para convencer um público descrente dos méritos da ISDS.<sup>68</sup>

---

65. ‘TTIP negotiations: Modified EU draft proposals on trade in services, investment and electronic commerce’, Bruxelas: Comissão Europeia, 2 de julho de 2013.

66. Carta da sociedade civil sobre a TTIP endereçada a Michael Froman, Representante de Comércio dos Estados Unidos, e a Karel De Gucht, Comissário Europeu de Comércio, 16 de dezembro de 2013.

67. ‘Commission to consult European public on provisions in EU-US trade deal on investment and investor-state dispute settlement’, Bruxelas: Comissão Europeia, 21 de janeiro de 2014.

68. ‘The Transatlantic Trade and Investment Partnership: Where do we stand on the hottest topics in the current debate?’, discurso do Comissário Europeu de Comércio Karel De Gucht na Atlantikbrücke, Düsseldorf, 22 de janeiro de 2014.

## 9. Resistência crescente

**Existe uma crescente** mobilização em ambos os lados do Atlântico, à medida que as pessoas se conscientizam da ameaça que as negociações representam a muitos aspectos de suas vidas. Tanto nos Estados Unidos quanto na União Europeia, ativistas de saúde pública, justiça social e ambiental estão-se aliando a sindicatos e grupos de consumidores para se opor à agenda desregulatória da TTIP. Parlamentares por toda a Europa expressaram preocupação pela ameaça representada pela TTIP. Em um debate acalorado em janeiro de 2014, senadores de todos os partidos políticos criticaram o apoio do governo francês ao acordo; na Alemanha, no Reino Unido e nos Países Baixos, parlamentares de todo o espectro ideológico apresentaram moções críticas à TTIP.<sup>69</sup> Em uma série de missivas, indicando um crescente descontentamento com os rumos tomados pela política comercial americana, 178 membros do Congresso – que têm o poder final para aprovar ou vetar a TTIP – escreveram ao presidente Obama, rejeitando a possibilidade de conceder ao executivo o privilégio de ter autoridade para negociar futuros acordos comerciais.<sup>70</sup>

**Outras nações** estão preocupadas com o potencial impacto da TTIP sobre seus interesses. O aprofundamento das relações entre UE e EUA por meio da TTIP é amplamente considerado uma tentativa de marginalizar economias emergentes – tais como China, Brasil e Índia – que estão questionando a hegemonia das principais potências capitalistas. A Comissão Europeia afirmou que a TTIP não estabelecerá apenas parâmetros para os Estados Unidos e a União Europeia, como também criará

---

69. 'French senators strongly attack EU-US trade deal', EurActiv, 13 de janeiro de 2014; 'Oppositionsfraktionen fordern verschiedene Änderungen für TTIP-Verhandlungen', Deutscher Bundestag, 14 de junho de 2013; 'Transatlantic Trade and Investment Partnership', Early Day Motion 793, House of Commons 2013-14 session, Reino Unido; 'Motion of Bram Van Ojik on the inclusion of ISDS in the EU-US trade agreement', enviado no dia 28 de novembro de 2013 e subsequentemente conduzido pela Segunda Câmara do Parlamento dos Países Baixos.

70. 'Camp-Baucus Bill Would Revive Controversial 2002 Fast Track Mechanism', Washington DC: Public Citizen, janeiro de 2014.

suas próprias expectativas normativas. Outros parceiros comerciais deverão adotar os mesmos parâmetros, sob pena de serem marginalizados no contexto global econômico.<sup>71</sup> Ao mesmo tempo, uma redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias entre a UE e os EUA possivelmente dispersará o comércio e reduzirá as exportações, tanto de economias emergentes quanto de países de baixa renda.<sup>72</sup>

**Em última análise**, a TTIP é um acordo concebido para beneficiar corporações transnacionais da UE e dos EUA, buscando expandir seu acesso ao mercado e orquestrando a remoção das regulações que restringem seus lucros. Alguns comentaristas sugerem que o acordo se poderia converter em uma força positiva para elevar os padrões em ambos os lados do Atlântico. No entanto, estas avaliações ignoram as origens, o conteúdo ou a agenda desregulatória da TTIP. Por esta razão, a sociedade civil exige o fim do acordo e sua substituição por um mandato alternativo de negócios que ponha as pessoas e o planeta acima dos lucros corporativos.<sup>73</sup> Todas as forças progressivas na Europa, nos Estados Unidos e no resto do mundo devem-se juntar a esta luta.

---

71. 'The Transatlantic Trade and Investment Partnership: Global Impacts', discurso do Comissário Europeu de Comércio, Karel De Gucht, no Institute for International and European Affairs, Dublin, 19 de abril de 2013.

72. 'The Transatlantic Trade and Investment Partnership: A New Engine for Global Development?', Washington DC: Sandler Trade LLC, junho de 2013; 'Potential Effects of the Proposed Transatlantic Trade and Investment Partnership on Selected Developing Countries', Brighton: CARIS, setembro de 2013.

73. Para mais detalhes sobre uma alternativa positiva ao TTIP e a outros acordos similares, ver o Mandato Alternativo de Comércio 'Trade: Time for a New Vision' (novembro de 2013) em [alternativetrademandate.org](http://alternativetrademandate.org).

## 10. Informações adicionais

**Os seguintes sites** (em inglês) incluem seções dedicadas a campanhas, notícias e análises críticas da TTIP:

- [bilaterals.org](http://bilaterals.org) – inclui todas as notícias recentes relativas à TTIP
- [s2bnetwork.org](http://s2bnetwork.org) – Seattle to Brussels Network (UE)
- [citizen.org](http://citizen.org) – Public Citizen (EUA)
- [sierraclub.org](http://sierraclub.org) – Sierra Club (EUA)

**Além das várias** fontes mencionadas neste curto informativo, existem outros bons estudos gerais sobre a TTIP (também em inglês):

- 'A Brave New Transatlantic Partnership: The proposed EU-US Transatlantic Trade and Investment Partnership and its socio-economic & environmental consequences' (Seattle to Brussels Network, outubro de 2013)
- 'The Transatlantic Free Trade Agreement: What's at Stake for Communities and the Environment' (Sierra Club, junho de 2013)
- 'A Transatlantic Corporate Bill of Rights: Investor privileges in EU-US trade deal threaten public interest and democracy' (Corporate Europe Observatory, Seattle to Brussels Network and Transnational Institute, outubro de 2013)
- 'EU-US trade deal: A bumper crop for "big food"?' (Friends of the Earth Europe e Institute for Agriculture and Trade Policy, outubro de 2013)
- 'The Transatlantic Colossus: Global Contributions to Broaden the Debate on the EU-US Free Trade Agreement' (Berlin Forum on Global Politics, janeiro de 2014)

**A documentação oficial** referente à TTIP está disponível nas seguintes páginas:

- Comissão Europeia: [ec.europa.eu/trade/policy/in-focus/ttip](http://ec.europa.eu/trade/policy/in-focus/ttip)
- Representante de Comércio dos Estados Unidos: [www.ustr.gov/ttip](http://www.ustr.gov/ttip)

## FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO, ESCRITÓRIO DE BRUXELAS

A **Fundação Rosa Luxemburgo** (Rosa Luxemburg Stiftung) é uma organização de atuação internacional, de esquerda e sem fins lucrativos, que promove a educação cívica e é afiliada ao partido alemão “Die Linke” (Partido de Esquerda). Atuante desde 1990, a fundação está comprometida com a análise de processos e desenvolvimentos sociopolíticos em todo o mundo. Trabalhamos no contexto das múltiplas e crescentes crises do atual sistema político e econômico. Em parceria com outras organizações progressivas em todo o globo, trabalhamos pela participação social e democrática, pelo empoderamento de grupos desfavorecidos e por alternativas para o desenvolvimento socioeconômico. Nossas atividades internacionais buscam oferecer educação cívica por meio de análises acadêmicas, programas públicos e projetos conduzidos com instituições parceiras. Para orientar e coordenar estes múltiplos projetos, a fundação estabeleceu 17 escritórios regionais por todo o mundo. O escritório de Bruxelas abriu suas portas em 2008. Sua principal atividade é conectar movimentos de ativistas, intelectuais esquerdistas e progressistas da Europa com outras regiões do mundo. Trabalhamos em prol de um sistema mundial mais justo e baseado na solidariedade internacional.

[www.rosalux-europa.info](http://www.rosalux-europa.info) - [www.rosalux.de](http://www.rosalux.de)

War on Want é uma organização de ativistas cuja missão é lutar contra as causas fundamentais da pobreza e das violações aos direitos humanos como parte de um movimento amplo pela justiça global.

[www.waronwant.org](http://www.waronwant.org)



---

**Rosa-Luxemburg-Stiftung**

Escritório de Bruxelas  
Ave. Michel-Ange 11  
1000 Bruxelas, Bélgica  
[www.rosalux-europa.info](http://www.rosalux-europa.info)

---

**Responsável legal**

Dr. Klaus Sühl

**Autor**

John Hilary

**Tradução e Revisão**

lasmin Goes e Carla Martins de Barros Köser  
para lingua•trans•fair

**Diagramação**

Erifili Arapoglou

**Impressão**

KETHEA SCHEMA+CHROMA  
Impresso na Grécia

Bruxelas, Maio de 2014  
Este livreto é gratuito.





**ROSA LUXEMBURG STIFTUNG**  
ESCRITÓRIO DE BRUXELAS

*A Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (Transatlantic Trade and Investment Partnership, TTIP) é um tratado de livre comércio e investimento que está sendo negociado – em sigilo – entre a União Europeia e os Estados Unidos. A finalidade principal da TTIP é a supressão das “barreiras” regulatórias que restringem a potencial margem de lucro de empresas transnacionais nos dois lados do Atlântico. Estas “barreiras” são, na verdade, algumas de nossas mais valiosas normas sociais e regulações ambientais.*

*Em outras palavras, o jogo de interesses não poderia ser maior.*